



SUMÁRIO

CAPÍTULO I **NOÇÕES FUNDAMENTAIS:** **JURISDIÇÃO, PROCESSO E AÇÃO**

§ 1º – JURISDIÇÃO

1.	Imperatividade da ordem jurídica.....	01
2.	Justiça privada e justiça pública.....	02
3.	Jurisdição	02
4.	Características da jurisdição	03
5.	Objetivo da jurisdição	03
6.	Imparcialidade e disponibilidade	04
7.	Conclusões.....	04

§ 2º – PROCESSO

8.	Conceito	07
9.	Processo e procedimento	08
10.	Autonomia do processo	08
11.	Espécies de processo	09
12.	Funções do processo	10

§ 3º – AÇÃO

13.	O monopólio estatal da justiça.....	13
14.	A ação: direito subjetivo à tutela jurisdicional.....	14
15.	Autonomia do direito de ação.....	14

16.	Condições da ação	15
17.	Enumeração e conceituação das condições da ação	16
18.	Classificação das ações	18

CAPÍTULO II

PROCESSO CAUTELAR

§ 4º – GENERALIDADES

19.	Formas de atuação da função jurisdicional	21
20.	Processo e tempo	22
21.	Eficácia e utilidade da prestação jurisdicional....	22
22.	Processo cautelar	23
23.	Características	23
24.	Tutela do interesse	24
25.	Ação cautelar	26
26.	Acessoriedade e provisoriedade	26
27.	Objetivo do processo cautelar	27
28.	Posição da atividade cautelar no quadro geral da jurisdição	28
29.	Espécies de providências cautelares	29
30.	Bens passíveis de medida cautelar	30
30-a.	A tutela cautelar no atual contexto das tutelas diferenciadas.....	31

§ 5º – EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO DOUTRINÁRIA SOBRE O PROCESSO CAUTELAR

31.	Origem do conceito de processo cautelar.....	35
32.	Principais teorias	36
33.	Teoria de CHIOVENDA	36
34.	Doutrina de CALAMANDREI	37
35.	Doutrina de CARNELUTTI	38

§ 6º – NATUREZA JURISDICCIONAL DAS MEDIDAS CAUTELARES

36.	A cautela integra a função jurisdiccional	41
37.	A cautela é necessária para o exercício pleno da jurisdição	41
38.	Autonomia do processo e da ação cautelar na função jurisdiccional	42
39.	A posição do processo cautelar em nossa legislação..	44

**CAPÍTULO III
CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO CAUTELAR**

§ 7º – FINS DO PROCESSO CAUTELAR

40.	Direito substancial de cautela	45
41.	O interesse tutelado na atividade cautelar do Estado.....	47
42.	Instrumentalidade das medidas cautelares	48
43.	Fim do processo cautelar	49

§ 8º – PECULIARIDADES DO PROCESSO CAUTELAR

44.	Instrumentalidade	51
45.	Provisoriedade	52
46.	Revogabilidade	54
47.	Autonomia.....	55

**CAPÍTULO IV
AÇÃO CAUTELAR**

§ 9º – CONDIÇÕES DA AÇÃO CAUTELAR

48.	Condições da ação cautelar.....	57
48-a.	Mérito da ação cautelar	59
48-b.	Carência da ação cautelar.....	59

49.	<i>Fumus boni iuris</i>	60
50.	Moderna visão do problema do <i>fumus boni iuris</i>	61
51.	<i>Periculum in mora</i>	64
52.	Avaliação do <i>periculum in mora</i>	65
53.	Importância do momento de surgimento do perigo	67

§ 10 – CLASSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES

54.	Medida, ação, processo e procedimentos cautelares	69
55.	Medidas cautelares e medidas afins	70
55-a.	Tutela cautelar e tutela antecipatória.....	71
56.	Classificações	72
57.	Classificação de CALAMANDREI	72
58.	Classificação de CARNELUTTI	73
59.	Classificação de ZANZUCHI	74
60.	Classificação de ROSENBERG	74
61.	Classificação de RAMIRO PODETTI	75
62.	Classificações do direito positivo	75
62-a.	Medidas cautelares contenciosas e não-contenciosas	78
62-b.	Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória	79
62-c.	A diferente técnica de antecipação de tutela adotada pelo direito italiano	82
63.	Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil ..	85

CAPÍTULO V

O PROCESSO CAUTELAR

NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO

§ 11 – PRINCÍPIOS GERAIS

64.	Visão geral	87
65.	Oportunidade da providência cautelar	88

66.	Instrumentalidade da medida cautelar	89
67.	Autonomia	90
68.	Tutela cautelar e iniciativa da parte.....	91
69.	Medida cautelar <i>ex officio</i>	92

§ 12 – PODER GERAL DE CAUTELA

70.	Poder geral de cautela	97
71.	Medidas atípicas <i>ex officio</i>	99
72.	Requisitos	101
73.	Medidas admissíveis no âmbito da atividade cautelar inespecífica: sustação de protesto cambiário..	103
74.	Outras medidas atípicas.....	105
75.	Limites do poder geral de cautela	108
75-a.	Poder cautelar e restrição ao acesso à justiça.....	112
75-b.	A atribuição de efeito suspensivo a recurso que normalmente não o tem	115
75-c.	Concorrência entre medidas típicas e atípicas.....	116
76.	Aferição das condições da medida cautelar inominada	118

§ 13 – LEGITIMIDADE E COMPETÊNCIA

77.	Legitimidade.....	119
78.	Competência.....	120
79.	Competência excepcional em casos de urgência .	121
80.	Competência cautelar em grau recursal	124
81.	Competência e prevenção do juízo	127
82.	Medida cautelar e juízo arbitral	129
83.	Competência de Justiças especiais	130
84.	Execução por carta precatória.....	131

§ 14 – PROCEDIMENTO

85.	Procedimentos cautelares	133
86.	Autuação própria	134

86-a. A impossibilidade de cumulação dos pedidos cautelar e principal	134
87. Estabelecimento da relação jurídica processual	137
88. Petição inicial	138
89. Requisitos da petição inicial.....	139
90. Procedimento cautelar comum	143
91. A defesa do requerido.....	144
92. Contestação, exceção e reconvenção.....	144
93. Instrução do processo cautelar.....	146
94. Autonomia da instrução do processo cautelar.....	148
95. Sucumbência em ação cautelar.....	149
Fluxograma nº 1	150

§ 15 – MEDIDA CAUTELAR INAUDITA ALTERA PARTE E CONTRACAUTELA

96. Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i>	153
97. Comprovação dos requisitos da medida.....	154
98. Contracautela (caução)	156
99. Valor da caução	156
100. Importância do instituto	156
101. A caução não deve eliminar a exigência dos pressupostos da medida cautelar	158
101-a. Liminar em medida cautelar contra o Poder Público	159

§ 16 – FUNGIBILIDADE

102. A caução e suas múltiplas feições cautelares.....	161
103. Fungibilidade das medidas cautelares.....	161
104. A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar	162
105. Condição de admissibilidade da caução substitutiva	163
106. Procedimento	163

§ 17 – PRAZO DE EFICÁCIA DA MEDIDA CAUTELAR

107. Prazo para ajuizamento da ação principal	165
108. Não-ajuizamento da ação principal no prazo de trinta dias	166
109. Duração da eficácia da medida cautelar	168
110. Suspensão do processo	169
111. Outros casos de perda de eficácia da medida cautelar.....	169

§ 18 – EXTINÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR

112. Formas normais e anômalas de extinção da medida cautelar.....	171
113. Processamento da extinção.....	172
114. Extinção por inobservância de prazos	173
115. Contagem dos prazos.....	173
116. Inobservância do prazo de execução da medida .	175
117. Extinção do processo principal.....	176
118. Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia.....	177

§ 19 – SENTENÇA CAUTELAR

119. Espécies de decisões cautelares.....	179
120. Coisa julgada	180
121. Possibilidade extraordinária de julgamento de mérito em ação cautelar: prescrição e decadência .	182
122. Natureza da sentença cautelar	183
123. Limites da sentença	184
124. Fundamentação	184

§ 20 – MODIFICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR

125. Modificabilidade e revogabilidade	185
126. Procedimento	186
127. Revogação da medida deferida <i>initio litis</i>	187

§ 21 – EXECUÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES

128. Execução em matéria cautelar	189
129. Figura unitária do processo cautelar	190
130. Impossibilidade de embargos à execução.....	190
131. Prazo para executar a medida cautelar	191

§ 22 – RECURSOS

132. Apelação	193
133. Efeitos da apelação	194
134. Agravo	196
135. Embargos de declaração, recurso extraordinário e recurso especial	197

§ 23 – RESPONSABILIDADE CIVIL

136. Responsabilidade objetiva do promovente da medida cautelar pelos prejuízos causados ao promovido	199
137. Não se trata de ato ilícito culposos	200
138. Dano a reparar.....	201
139. Procedimento para cobrança da indenização	202
140. Casos de responsabilidade objetiva do autor da medida cautelar.....	202
141. Sentença desfavorável	203
142. Descumprimento do prazo de citação	203
143. Extinção da medida cautelar nas hipóteses do art. 808.....	203
144. Prescrição e decadência	204
145. Revogação da medida cautelar deferida <i>in</i> <i>limine litis</i> pela sentença da ação cautelar	204
146. Atenuação da responsabilidade no caso de culpa concorrente	205

CAPÍTULO VI

PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS (I)

§ 24 – ARRESTO

147. Conceito	207
148. História do arresto	208
149. O arresto no direito luso-brasileiro	210
150. Arresto e sequestro	211
151. O arresto é instrumento de garantia e não de execução	212
152. Pressupostos para a concessão do arresto	213
153. Prova de dívida líquida e certa	214
154. Fundado receio de dano	215
155. Casuísmo legal	216
156. Deficiência do casuísmo legal	217
157. Relevância do momento do aparecimento da situação perigosa	218
158. Comprovação dos pressupostos do arresto	218
159. Critério de valoração relativa do perigo	221
160. Influência da conduta do devedor	222

§ 25 – O CRÉDITO QUE AUTORIZA O ARRESTO

161. Crédito líquido e certo	223
162. A possibilidade de execução imediata não impede o uso do arresto	225
163. Crédito prescrito	226
164. Créditos ilíquidos, condicionais ou a termo	226
165. Arresto para garantir reparação do dano <i>ex delicto</i>	229
166. Particularidades do arresto penal	230

§ 26 – OBJETO DO ARRESTO

167. Bens arrestáveis	233
168. Limites da arrestabilidade	234
169. Arresto de crédito	234
170. Bens em condomínio	236
171. Propriedade imaterial ou industrial	236
172. Navios e aeronaves	237
173. Empresas agrícolas, industriais e comerciais	237
174. Bens públicos	237
175. Redução do arresto excessivo	238
176. Arresto de bens perecíveis	239

§ 27 – LEGITIMAÇÃO, COMPETÊNCIA E PROCEDIMENTO PARA O ARRESTO

177. Legitimação	241
178. Multiplicidade de réus	242
179. Terceiro prejudicado	242
180. Competência	243
181. Procedimento	244
Fluxograma nº 2	246

§ 28 – EXECUÇÃO DO ARRESTO

182. Execução	247
183. Defesa e recurso	248
184. Substituição do bem arrestado	248
185. Depositário	249
186. Prazo de execução	251
187. Suspensão da execução do arresto	252

§ 29 – EFEITOS DO ARRESTO

188. Efeitos do arresto	255
189. Alienação do bem arrestado	256

190. Inscrição do arresto	257
191. Conclusão	258
192. Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens ..	258
193. Concurso entre penhora e arresto	259
194. Concurso de vários arrestos	260
195. Concurso entre arresto e arrecadação	261
196. Conflito entre arresto e sequestro	261
197. Extinção do arresto	261

CAPÍTULO VII

PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS (II)

§ 30 – SEQUESTRO

198. Conceito	265
199. Ação de sequestro	266
200. Requisitos da ação	267
201. Procedimento	267
202. Disciplina comum do arresto e do sequestro	268
203. Histórico	268
204. O sequestro no direito luso-brasileiro	269
205. Cabimento do sequestro	271
206. Objeto do sequestro	271
207. Requisitos de admissibilidade do sequestro	273
208. Casuísmo legal	273
209. Síntese das causas do sequestro	279
210. Execução e efeitos do sequestro	280
Fluxograma nº 3	282

CAPÍTULO VIII

PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS (III)

§ 31 – CAUÇÃO

211. Conceito	283
212. Classificação	284
213. Cauções legais	284
214. Cauções negociais	286
215. Caução processual	287
216. A ação de caução	287
217. Depósito preparatório de ação	288
218. Objeto da caução	290
219. Legitimação e competência	291
220. Procedimento	291
221. Cauções tipicamente cautelares	293
222. Execução da sentença	293
223. Caução às custas	297
224. Casos de dispensa da caução às custas	297
225. Reforço da caução	299
Fluxograma nº 4	301

§ 32 – BUSCA E APREENSÃO

226. Conceito	303
227. Classificação	305
228. Pressupostos	306
229. Objeto	308
230. Competência	308
231. Procedimento	308
231-a. Uso inadequado da busca e apreensão	310
232. Busca e apreensão como processo principal	312
Fluxograma nº 5	314

CAPÍTULO IX

PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS (IV)

§ 33 – EXIBIÇÃO

233. Origem	315
234. Nosso direito.....	315
235. Ação de exibição	316
236. Conceito	316
237. Classificação	317
238. Exibição incidental	318
239. Ação cautelar exibirória	319
240. Hipóteses de cabimento da ação exibirória cautelar	320
241. Procedimento	324
242. Eficácia da exibição	330
Fluxograma nº 6	331
Fluxograma nº 7	332

§ 34 – PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS

243. Antecipação de prova	333
244. Ação cautelar antecipatória	333
245. Sentença	334
246. Valoração da prova antecipada	335
247. Eficácia	335
248. Cabimento	336
249. Espécies	340
250. Objeto da antecipação de prova.....	340
251. Medida <i>inaudita altera parte</i>	341
252. Competência.....	342
253. Procedimento	342
254. Despesas processuais	344
255. Destino dos autos	344
Fluxograma nº 8	346

CAPÍTULO X

PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS (V)

§ 35 – ALIMENTOS PROVISIONAIS

256. Alimentos	347
257. Alimentos provisionais	348
258. Cabimento e oportunidade	349
259. Legitimação	351
260. Competência	352
261. Procedimento	352
262. Conteúdo dos alimentos provisionais	353
263. Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais	354
264. Outras ações de cunho alimentar	356
265. Duração da prestação provisional de alimentos	356
266. Execução	358
Fluxograma nº 9	359

§ 36 – ARROLAMENTO DE BENS

267. Conceito	361
268. Pressupostos	362
269. Objetivo da medida	363
270. Legitimação	364
271. Procedimento	365
272. O contraditório	366
273. Eficácia	367
Fluxograma nº 10	368

CAPÍTULO XI

PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS (VI)

§ 37 – JUSTIFICAÇÃO

274. Conceito	369
275. Natureza jurídica	371
276. Objetivo	371
277. Competência	372
278. Procedimento	372
Fluxograma nº 11	376

§ 38 – PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES

279. Conceito	377
280. Protesto	378
281. Notificação	379
282. Interpeção	379
283. Indeferimento do pedido	380
284. Contraprotesto	382
285. Procedimento	383
286. Encerramento do feito e destino dos autos	384
Fluxograma nº 12	386

CAPÍTULO XII

PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS (VII)

§ 39 – HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

287. Penhor legal: efetivação e homologação	387
288. Natureza da medida processual	389
289. Procedimento	389
290. Sentença	391
291. Execução	391
Fluxograma nº 13	393

§ 40 – POSSE EM NOME DO NASCITURO

292. Conceito	395
293. Natureza da ação	396
294. Legitimação	397
295. Procedimento	398
296. Sentença	400
297. Efeitos.....	400
Fluxograma nº 14	402

CAPÍTULO XIII

PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS (VIII)

§ 41 – ATENTADO

298. Conceito	403
299. O atentado no Código de Processo Civil.....	404
300. Cabimento	405
301. Permissivos legais	406
302. Exame do casuísimo legal	406
303. Legitimidade.....	409
304. Competência.....	409
305. Procedimento	410
305-a. Liminar	412
306. Sentença.....	412
307. Perdas e danos.....	414
Fluxograma nº 15	416

§ 42 – PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS

308. Protesto cambiário.....	417
309. Procedimento	419
310. Registro do protesto.....	422
310-a. Pagamento como meio elisivo do protesto	423

311. Cancelamento do protesto	424
312. Dúvidas do oficial	425
312-a. Algumas observações acerca do sistema da Lei nº 9.492/97	426
313. Apreensão do título e prisão do devedor	428
Fluxograma nº 16	431
Fluxograma nº 17	432

CAPÍTULO XIV

PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS (IX)

§ 43 – OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS

314. Outras medidas provisionais	433
315. Obras de conservação (art. 888, nº I)	435
316. Entrega de bens de uso pessoal (art. 888, nº II)..	437
317. Posse provisória dos filhos (art. 888, nº III)	438
318. Afastamento do menor autorizado a contrair casamento contra a vontade dos pais (art. 888, nº IV)	439
319. Depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente ou induzidos à prática de atos contrários à lei ou à moral (art. 888, nº V)	440
320. Afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal (art. 888, nº VI)	440
321. Guarda e educação dos filhos, com regulamentação do direito de visitas (art. 888, nº VII)	444
322. Interdição ou demolição de prédio (art. 888, nº VIII)	445

CAPÍTULO XV

ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

§ 44 – TUTELA ANTECIPADA E TUTELA CAUTELAR

323. Intróito	449
324. A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela.....	453
325. Justificação da tutela antecipada	455
326. Conceito de tutela antecipada.....	457
327. Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais.....	459
328. Casos de antecipação de tutela	462
328-a. Antecipação de tutela parcial.....	463
329. Extensão	465
330. A possibilidade da antecipação de tutela nos diversos tipos de ações de conhecimento	466
331. Pressupostos	472
332. Outros pressupostos.....	474
333. Momento ou oportunidade	475
334. Provisoriedade	476
335. Reversibilidade	477
336. Pessoas jurídicas de direito público.....	478
337. Tutela cautelar e tutela antecipada	479
337-a. Recursos	481
338. Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela	483
339. Conclusões.....	487
BIBLIOGRAFIA.....	489
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	501
ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO	505